



# SAQUAREMA-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SAQUAREMA DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO

Orientador Pedagógico

**EDITAL Nº 01/2022**

CÓD: SL-0390T-22  
7908433227588

## Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação. É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esta introdução com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

### Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho;
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área;
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total;
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo;
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame;
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. **Vamos juntos!**

## Português

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos; discursos direto e indireto; elementos de coesão e coerência.....	7
2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos .....	22
3. metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia.....	23
4. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. tempos, modos e aspectos do verbo; uso dos pronomes.....	25
5. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação.....	31
6. concordância verbal e nominal.....	33
7. regência verbal e nominal.....	34
8. colocação e ordem de palavras na frase.....	34
9. Sistema gráfico: ortografia.....	35
10. regras de acentuação.....	36
11. uso dos sinais de pontuação.....	36
12. Funções da linguagem e elementos da comunicação.....	37

## Legislação Educacional e suas atualizações

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90.....	43
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96. ....	79
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15.....	94
4. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14.....	110
5. Base Nacional Comum Curricular .....	125
6. Plano Municipal de Educação de Siquemema.....	164
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica .....	164

## Conhecimentos Gerais do Município

1. Primeiras ocupações, evolução histórica, econômica e administrativa: dados relevantes.....	173
2. Informações básicas sobre área, altitude, clima, relevo; Sistemas costeiro, lagunar e hidrográfico; Parques, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental da região.....	173
3. Localização do Município, população, limites municipais, distritos; vias de acesso; Características urbanas; Atividades econômicas predominantes; Serviços básicos.....	174
4. Patrimônio natural, histórico, material e imaterial. Datas comemorativas; atrações, eventos e espaços de destaque do Município; Posição do Município na divisão regional turística do Estado e sua classificação.....	174
5. Aspectos e indicadores sociais, econômicos e financeiros.....	175
6. Autonomia, poderes e símbolos municipais. Divisão administrativa do Município. Competências municipais: privativas, comuns e suplementares. Vedações.....	175
7. Organização dos poderes: Câmara e Prefeitura. Câmara Municipal: funções, competências privativas, posse, funcionamento. Conceitos sobre mandato, legislatura, sessão legislativa, sessões ordinárias e extraordinárias; comissões permanentes e especiais. Regimento Interno, Processo Legislativo. Mesa Diretora: membros, eleição, atribuições e composição. Número de vereadores na Câmara Municipal de Siquemema. Convocações da Câmara e prazo para os órgãos do poder executivo prestarem informações e apresentarem documentos requisitados pela Câmara.....	176

8. Prefeito Municipal: Competências privativas, posse, substituição, proibições, licenças. Leis de sua iniciativa. Auxiliares diretos. Julgamento de crimes e infrações do Prefeito. Atos de competência do Prefeito e seus conteúdos específicos. Atos municipais: publicidade. Prazos da Câmara e da Prefeitura para o fornecimento de certidões aos interessados. Estrutura administrativa da Prefeitura: órgãos de administração direta e indireta. ....	176
9. Fiscalização contábil e financeira; Controle interno e externo. Tributos municipais e administração tributária. Administração de bens patrimoniais e de obras e serviços públicos. Orçamento, suas leis e características, vedações, emendas e execução orçamentária.....	201

## Conhecimentos Específicos Orientador Pedagógico

1. A quebra de paradigmas na orientação pedagógica e as mudanças decorrentes no perfil do orientador pedagógico. Habilidades e competências nas dimensões humanas e técnica da nova orientação pedagógica. Instrumentos da ação na orientação pedagógica: elaboração, acompanhamento e avaliação Orientação aos docentes. Identidade Profissional do Orientador Pedagógico. Participação na gestão da escola. ....	203
2. A organização do trabalho pedagógico na escola.....	204
3. Tendências Pedagógicas.....	209
4. Projeto Político Pedagógico.....	211
5. Currículo.....	213
6. Avaliação.....	224
7. Educação Especial na visão Inclusiva. Orientação pedagógica na Educação Inclusiva.....	231
8. Legislação Educacional e suas atualizações. Constituição, LDB, PNE. ECA, LBI, BNCC e PME de Saquarema.....	246
9. Atribuições do cargo de Orientação Pedagógico.....	246

# PORTUGUÊS

**ORGANIZAÇÃO TEXTUAL: INTERPRETAÇÃO DOS SENTIDOS CONSTRUÍDOS NOS TEXTOS; CARACTERÍSTICAS DE TEXTOS DESCRITIVOS, NARRATIVOS E DISSERTATIVOS; DISCURSOS DIRETO E INDIRETO; ELEMENTOS DE COESÃO E COERÊNCIA**

## Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

## Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.

É PROIBIDO  
FUMAR  
NESTE  
LOCAL

• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

## Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

**Dicas para interpretar um texto:**

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto. – Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável). – Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

**IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO**

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

**CACHORROS**

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

**IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**

**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

**Ironia verbal**

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

**Ironia de situação**

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

**Ironia dramática (ou satírica)**

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comé-

dia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

**Humor**

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



**ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE**

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

**Busca de sentidos**

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -  
LEI Nº 8.069/90**

## **LEI FEDERAL Nº 8.069/90 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Para o Estatuto, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos. Entretanto, aplica-se o estatuto, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, em situações que serão aqui demonstradas.

Dispõe, ainda, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. Ainda, no seu artigo 7º, disciplina que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

As medidas protetivas adotadas pelo ECA são para salvaguardar a família natural ou a família substituta, sendo esta última pela guarda, tutela ou adoção. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional, a tutela pressupõe todos os deveres da guarda e pode ser conferida a pessoa de até 21 anos incompletos, já a adoção atribui condição de filho, com mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios.

A instituição familiar é a base da sociedade, sendo indispensável à organização social, conforme preceitua o art. 226 da CR/88. Não sendo regra, mas os adolescentes correm maior risco quando fazem parte de famílias desestruturadas ou violentas.

Cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos, não constituindo motivo de escusa a falta ou a carência de recursos materiais, sob pena da perda ou a suspensão do pátrio poder.

Caso a família natural, comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, descumpra qualquer de suas obrigações, a criança ou adolescente serão colocados em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Por tal razão que a responsabilidade dos pais é enorme no desenvolvimento familiar e dos filhos, cujo objetivo é manter ao máximo a estabilidade emocional, econômica e social.

A perda de valores sociais, ao longo do tempo, também são fatores que interferem diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes, visto que não permanecem exclusivamente inseridos na entidade familiar.

Por isso é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tanto que cabe a sociedade, família e ao poder público proibir a venda e comercialização à criança e ao adolescente de armas, munições e explosivos, bebida alcoólicas, drogas, fotos de artifício, revistas de conteúdo adulto e bilhetes lotéricos ou equivalentes.

Cada município deverá haver, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local, regularmente eleitos e empossados, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Tutelar é uma das entidades públicas competentes a salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes nas hipóteses em que haja desrespeito, inclusive com relação a seus pais e responsáveis, bem como aos direitos e deveres previstos na legislação do ECA e na Constituição. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

1. Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção.
2. Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas pertinentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. Promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumprir suas decisões.
4. Levar ao conhecimento do Ministério Público fatos que o Estatuto tenha como infração administrativa ou penal.
5. Encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes.
6. Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas sócio-educativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.
7. Expedir notificações em casos de sua competência.

8. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.

9. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentaria para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

10. Entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que estas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

11. Levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder.

12. Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e socioeducativos.

Considerando que todos têm o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, havendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra alguma criança ou adolescente, serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar para providências cabíveis.

Ainda com toda proteção às crianças e aos adolescentes, a delinquência é uma realidade social, principalmente nas grandes cidades, sem previsão de término, fazendo com que tenha tratamento diferenciado dos crimes praticados por agentes imputáveis.

Os crimes praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos são denominados atos infracionais passíveis de aplicação de medidas socioeducativas. Os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinam situações nas quais tanto o responsável, quanto o menor devem ser instados a modificarem atitudes, definindo sanções para os casos mais graves.

Nas hipóteses do menor cometer ato infracional, cuja conduta sempre estará descrita como crime ou contravenção penal para os imputáveis, poderão sofrer sanções específicas aquelas descritas no estatuto como medidas socioeducativas.

Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, mas respondem pela prática de ato infracional cuja sanção será desde a adoção de medida protetiva de encaminhamento aos pais ou responsável, orientação, apoio e acompanhamento, matrícula e frequência em estabelecimento de ensino, inclusão em programa de auxílio à família, encaminhamento a tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, abrigo, tratamento toxicológico e, até, colocação em família substituta.

Já o adolescente entre 12 e 18 anos incompletos (inimputáveis) que pratica algum ato infracional, além das medidas protetivas já descritas, a autoridade competente poderá aplicar medida socioeducativa de acordo com a capacidade do ofensor, circunstâncias do fato e a gravidade da infração, são elas:

1) Advertências – admoestação verbal, reduzida a termo e assinada pelos adolescentes e genitores sob os riscos do envolvimento em atos infracionais e sua reiteração,

2) Obrigação de reparar o dano – caso o ato infracional seja passível de reparação patrimonial, compensando o prejuízo da vítima,

3) Prestação de serviços à comunidade – tem por objetivo conscientizar o menor infrator sobre valores e solidariedade social,

4) Liberdade assistida – medida de grande eficácia para o enfretamento da prática de atos infracionais, na medida em que atua juntamente com a família e o controle por profissionais (psicólogos e assistentes sociais) do Juizado da Infância e Juventude,

5) Semiliberdade – medida de média extremidade, uma vez que exigem dos adolescentes infratores o trabalho e estudo durante o dia, mas restringe sua liberdade no período noturno, mediante recolhimento em entidade especializada

6) Internação por tempo indeterminado – medida mais extrema do Estatuto da Criança e do Adolescente devido à privação total da liberdade. Aplicada em casos mais graves e em caráter excepcional.

Antes da sentença, a internação somente pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias, mediante decisão fundamentada baseada em fortes indícios de autoria e materialidade do ato infracional.

Nessa vertente, as entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de:

1) Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

2) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação,

3) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente,

4) Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares,

5) Oferecer instalações físicas em condições adequadas, e toda infraestrutura e cuidados médicos e educacionais, inclusive na área de lazer e atividades culturais e desportivas.

6) Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.

Uma vez aplicada as medidas socioeducativas podem ser implementadas até que sejam completados 18 anos de idade. Contudo, o cumprimento pode chegar aos 21 anos de idade nos casos de internação, nos termos do art. 121, §5º do ECA.

Assim como no sistema penal tradicional, as sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente apresentam preocupação com a reeducação e a ressocialização dos menores infratores.

Antes de iniciado o procedimento de apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder o perdão (remissão), como forma de exclusão do processo, se atendido às circunstâncias e consequências do fato, contexto social, personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis de encaminhamento a programa de proteção a família, inclusão em programa de orientação a alcoólatras e toxicômanos, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, obrigação de matricular e acompanhar o aproveitamento escolar do menor, advertência, perda da guarda, destituição da tutela e até suspensão ou destituição do pátrio poder.

O importante é observar que as crianças e os adolescentes não podem ser considerados autênticas propriedades de seus genitores, visto que são titulares de direitos humanos como quaisquer pessoas, dotados de direitos e deveres como demonstrado.

A implantação integral do ECA sofre grande resistência de parte da sociedade brasileira, que o considera excessivamente paternalista em relação aos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, uma vez que os atos infracionais estão ficando cada vez mais violentos e reiterados.

Consideram, ainda, que o estatuto, que deveria proteger e educar a criança e o adolescente, na prática, acaba deixando-os sem nenhum tipo de punição ou mesmo ressocialização, bem como é utilizado por grupos criminosos para livrar-se de responsabilidades criminais fazendo com que adolescentes assumam a culpa.

Cabe ao Estado zelar para que as crianças e adolescentes se desenvolvam em condições sociais que favoreçam a integridade física, liberdade e dignidade. Contudo, não se pode atribuir tal responsabilidade apenas a uma suposta inaplicabilidade do estatuto da criança e do adolescente, uma vez que estes nada mais são do que o produto da entidade familiar e da sociedade, as quais têm importância fundamental no comportamento dos mesmos.<sup>1</sup>

### Últimas alterações no ECA

#### **As mais recentes:**

São quatro os pontos modificados no ECA durante a atual administração:

- A instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019;
- A criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas - na lei nº 13.812, de 16 de março 2019;
- A mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos - na mesma lei nº 13.812;
- A mudança na lei sobre a reeleição dos conselheiros tutelares, que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez - lei 13.824, de 9 de maio 2019.

**Lei nº 13.509/17, publicada em 22 de novembro de 2017** altera o ECA ao estabelecer novos prazos e procedimentos para o trâmite dos processos de adoção, além de prever novas hipóteses de destituição do poder familiar, de apadrinhamento afetivo e disciplinar a entrega voluntária de crianças e adolescentes à adoção.

#### **Lei Federal nº 13.431/2017 – Lei da Escuta Protegida**

Esta lei estabelece novas diretrizes para o atendimento de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, e que frequentemente são expostos a condutas profissionais não qualificadas, sendo obrigados a relatar por várias vezes, ou para pessoas diferentes, violências sofridas, revivendo desnecessariamente seu drama.

Denominada “Lei da Escuta Protegida”, essa lei tem como objetivo a proteção de crianças e adolescentes após a revelação da violência sofrida, promovendo uma escuta única nos serviços de atendimento e criando um protocolo de atendimento a ser adotado por todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

#### **Lei 13.436, de 12 de abril de 2017 - Garantia do direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação**

Esta lei introduziu no artigo 10 do ECA uma responsabilidade adicional para os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares: daqui em diante eles estão obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar.

#### **Lei 13.438, de 26 de abril de 2017 – Protocolo de Avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças**

Esta lei determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) será obrigado a adotar protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade.

A lei estabelece que crianças de até 18 meses de idade façam acompanhamento através de protocolo ou outro instrumento de detecção de risco. Esse acompanhamento se dará em consulta pediátrica. Por meio de exames poderá ser detectado precocemente, por exemplo, o transtorno do espectro autista, o que permitirá um melhor acompanhamento no desenvolvimento futuro da criança.

#### **Lei nº 13.440, de 8 de maio de 2017 – Aumento na penalização de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes**

Esta lei promoveu a inclusão de mais uma penalidade no artigo 244-A do ECA. A pena previa reclusão de quatro a dez anos e multa nos crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Agora o texto está acrescido de perda de bens e que os valores advindos dessas práticas serão revertidos em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime.

#### **Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017 - Prevê a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente**

Esta lei prevê a infiltração policial virtual no combate aos crimes contra a dignidade sexual de vulneráveis. A nova lei acrescentou ao ECA os artigos 190-A a 190-E e normatizou a investigação em meio cibernético.

#### **Revogação do artigo 248 que versava sobre trabalho doméstico de adolescentes**

Foi revogado o artigo 248 do ECA que possibilitava a regularização da guarda de adolescentes para o serviço doméstico. A Constituição Brasileira proíbe o trabalho infantil, mas este artigo estabelecia prazo de cinco dias para que o responsável, ou novo guardião, apresentasse à Vara de Justiça de sua cidade ou comarca o adolescente trazido de outra localidade para prestação de serviço doméstico, o que, segundo os autores do projeto de lei que resultou na revogação do artigo, abria espaço para a regularização do trabalho infantil ilegal.

#### **Lei 13.306 de 2016 publicada no dia 04 de julho, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente fixando em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.<sup>2</sup>**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

Na presente Lei estão dispostos os procedimentos de adoção (Livro I, capítulo V), a aplicação de medidas socioeducativas (Livro II, capítulo II), do Conselho Tutelar (Livro II, capítulo V), e também dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

1 Fonte: [www.ambito-juridico.com.br](http://www.ambito-juridico.com.br) – Texto adaptado de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas / Cesar Leandro de Almeida Rabelo

2 Fonte: [www.equipeagoraepasso.com.br/www.g1.globo.com](http://www.equipeagoraepasso.com.br/www.g1.globo.com)

# CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

## PRIMEIRAS OCUPAÇÕES, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA: DADOS RELEVANTES

Em outubro de 1534, os padres da Ordem do Carmo construíram uma capela da qual se originou o povoado de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema. Em 1755, o povoado passou a freguesia, constituindo-se a pesca principal atividade do núcleo. A criação do município ocorreu em 1841, sendo o povoado elevado à categoria de vila. O desenvolvimento reduzido do município determinou sua extinção em 1859, voltando Saquarema a freguesia e passando a sede para Araruama.

Um súbito progresso provocado pelo avanço do café, no entanto, restaurou o município, sendo Saquarema restituída à condição de vila em 1860. Estabeleceu-se uma agricultura próspera, baseada na mão-deobra escrava, que sofreu forte retrocesso com a Lei Áurea e o conseqüente êxodo dos trabalhadores. Em 1890, a vila de Saquarema foi elevada à categoria de cidade.

A sede municipal apresenta topografia extremamente suave e caracteriza-se como centro histórico constituído pelas áreas próximas à Igreja Matriz, implantada no século XVI, no alto do pontal rochoso, entre a Lagoa de Saquarema e o oceano.

Sua expansão decorreu do surgimento de grande número de loteamentos a partir de 1950, quando a função de local de veraneio passou a constituir o principal vetor de crescimento do núcleo urbano.

A implantação da rodovia Amaral Peixoto, a RJ-106, associada às condições do local onde se estruturou o núcleo histórico foram responsáveis pela formação do eixo comercial em Bacaxá.

Seu desenvolvimento decorreu de sua posição em relação à rodovia e localização na entrada para diversos loteamentos, que se formaram ao longo das praias. A conquista de novos espaços junto à lagoa levou o núcleo histórico a desenvolver-se em sua direção, originando na atualidade uma única aglomeração.

## INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE ÁREA, ALTITUDE, CLIMA, RELEVO; SISTEMAS COSTEIRO, LAGUNAR E HIDROGRÁFICO; PARQUES, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO

Distante cerca de cem quilômetros da capital do estado, possui as seguintes praias: Vila, Prainha, Itaúna, Barrinha, Boqueirão, Barra Nova, Jaconé, Vilatur, entre outras, com condições favoráveis à prática do surfe. Uma das mais famosas é a Praia de Itaúna, que é conhecida como “o Maracanã do surfe”.

O Município de Saquarema é dividido em três distritos - Saquarema, Bacaxá e Sampaio Corrêa.

Saquarema é o primeiro distrito do município, onde fica a sede do município e todos os prédios da administração pública municipal: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum, Ministério Público,

Defensoria Pública, Sede da OAB, Conselho Tutelar, Delegacia Legal, dentre outros. Além de abrigar a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth, as praias mais famosas da cidade (Vila e Itaúna), é o point da vida noturna da cidade, onde estão concentrados a maioria dos bares, restaurantes e casas noturnas. A Praça principal, localizada no Centro, abriga a famosa Feira do Artesanato, em que muitos expositores, inclusive estrangeiros, vendem de tudo: desde pequenos souvenirs da cidade até bonitas joias de prata.

Bacaxá é o segundo distrito de Saquarema, famoso por ser o distrito onde se localiza o Boavista Sport Club, time de futebol que atualmente disputa a primeira divisão do Campeonato Estadual do Rio de Janeiro. Também é conhecido por ser o centro comercial de Saquarema, conta com a ETE Helber Vignoli Muniz, a maior escola técnica do Rio de Janeiro, que oferece vários professores e cursos profissionalizantes, formando técnicos para a população local. Bacaxá é cortada pelo famoso rio Bacaxá, principal ponto turístico do distrito.

Sampaio Corrêa é o terceiro distrito de Saquarema e o segundo maior do município, com população não divulgada. É conhecido pelo Sampaio Corrêa Futebol e Esporte, time de futebol que disputa a segunda divisão do Campeonato Carioca. Também é conhecido por ter possuído, nas décadas de 60 e 70, a usina de cana-de-açúcar Santa Luiza que chegou a ser a segunda maior produtora de cana-de-açúcar do estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o município de Campos dos Goytacazes.

## TERRITÓRIO E AMBIENTE

Área da unidade territorial [2021]	352,130 km <sup>2</sup>
Esgotamento sanitário adequado [2010]	54,6 %
Arborização de vias públicas [2010]	59,6 %
Urbanização de vias públicas [2010]	21,4 %
População exposta ao risco [2010]	Sem dados
Bioma [2019]	Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Pertence
Hierarquia urbana [2018]	Metrópole Nacional (1B) - Município i...
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional do Rio de Janeir...
Região intermediária [2021]	Rio de Janeiro
Região imediata [2021]	Rio de Janeiro
Mesorregião [2021]	Baixas
Microrregião [2021]	Lagos

**LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, POPULAÇÃO, LIMITES MUNICIPAIS, DISTRITOS; VIAS DE ACESSO; CARACTERÍSTICAS URBANAS; ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES; SERVIÇOS BÁSICOS**

Os principais acessos rodoviários são:

- RJ-106 - Rodovia Amaral Peixoto
- RJ-118 - Estr. Sampaio Corrêa - Jaconé - Ponta Negra.
- RJ-124 - Via Lagos
- RJ-128 - Av. Saquarema/Estrada do Palmital

Saquarema também já foi atendida por transporte ferroviário no período entre 1913 a 1962 pela Estrada de Ferro Maricá, nos distritos de Sampaio Corrêa e Bacaxá. A ferrovia ligava o município as cidades de São Gonçalo e Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a também cidade litorânea de Cabo Frio, o ponto terminal da linha férrea. Seu trajeto cortava grande parte do litoral da região das Baixadas Litorâneas, mais conhecida como Região dos Lagos e tinha como função escoar a produção agrícola, açucareira e salineira e a pesca da região, além do transporte de passageiros que seguiam rumo a Niterói, para em seguida se deslocarem à capital Rio de Janeiro por meio de barcas.

No distrito de Sampaio Corrêa, a ferrovia também atendia com sua demanda de transportes, a antiga Usina Santa Luzia, considerada a maior da região na época. No ano de 1943, a EFM foi repassada à Estrada de Ferro Central do Brasil, passando a ser denominada como Ramal de Cabo Frio. Em seus últimos anos, havia sido repassada à Estrada de Ferro Leopoldina. Os últimos trens de passageiros e de cargas circularam pela cidade no dia 16 de janeiro de 1962, desativando o trecho que atravessava o município. Em 1966, a linha férrea foi erradicada de Saquarema, o que ocasionou prejuízos econômicos à região posteriormente.

**POPULAÇÃO**

População estimada [2021]	91.938 pessoas
População no último censo [2010]	74.234 pessoas
Densidade demográfica [2010]	209,96 hab/km <sup>2</sup>

**PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO, MATERIAL E IMATERIAL. DATAS COMEMORATIVAS; ATRAÇÕES, EVENTOS E ESPAÇOS DE DESTAQUE DO MUNICÍPIO; POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA DIVISÃO REGIONAL TURÍSTICA DO ESTADO E SUA CLASSIFICAÇÃO**

**Turismo**

Praia da Vila, do alto do morro da igreja Nossa Senhora de Nazareth.

Templo do Rock, em Itaúna.

Cidade predominantemente turística, é conhecida também como “A Capital Nacional do Surfe”. As ondas de suas praias estão entre as melhores do país. Além dos campeonatos de surfe nacionais e internacionais, as festas religiosas constituem um importante atrativo para o turismo local.

- As principais atrações turísticas da cidade são:
- Praias (sendo as principais as da Vila e de Itaúna)
- Lagoas (como a Lagoa de Saquarema)
- Cachoeiras
- Morros
- O Sambaqui da Beirada (sítio arqueológico de 4 500 anos);
- A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth, criada em 1630;
- A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, situada num outeiro à Beira-Mar;
- O Cemitério Municipal, situado num penhasco à Beira-Mar;
- O Templo do Rock (museu-residência do roqueiro Serguei);
- O Mirante do Morro da Cruz;
- O Centro de Treinamento de Vôlei da CBV;
- A Rampa de Voo livre.
- Cachoeiras do Tingui (no 3º distrito de Saquarema)
- Casa de Cultura Walmyr Ayala.
- Trilha dos Goonies

**Festas Religiosas**

Dentre as festas religiosas, pode-se citar, como a de maior destaque, a de Nossa Senhora de Nazareth (Padroeira do Município), que ocorre do dia 30 de agosto a 8 de setembro, que se traduz na maior manifestação religiosa do Estado do Rio de Janeiro e o mais antigo círio de Nazaré do país, datado de 1630, sendo mais antigo até mesmo que o famoso Círio de Belém, no Pará, sendo reconhecido em Setembro de 2009 pela Diretoria do Círio de Nazaré de Belém do Pará, quando da ocasião da visita da Imagem de Nossa Senhora de Nazareth, de Belém do Pará, ao município. [carece de fontes] Saquarema possui, também, uma tradicional celebração da Semana Santa. O Beija-Mão, o Canto da Verônica, a Banda de Música com as marchas fúnebres e os personagens históricos representados na Procissão do Enterro, na Sexta-feira Santa, causam emoção ao relembrar o sepultamento de Jesus.

Outra festividade muito tradicional no município (desde 1740, introduzida pelo Barão de Saquarema) é a Festa do Divino Espírito Santo (Pentecostes), que ocorre cinquenta dias após a Páscoa e que constitui uma grandiosa manifestação popular e cultural, com a Folia do Divino (uma das únicas cidades do Brasil a ter essa manifestação popular) e suas insígnias (Estandarte, Bandeira do Divino, Bandeira de Gala, Coroa de prata, além do cortejo do Menino Imperador). Essas são as três maiores festividades do município e, por isso, vem sendo pleiteado que tais festividades possam ser incluídas como Patrimônio Histórico Imaterial Municipal e Estadual devido à sua abrangência e, assim, possam ser preservadas e continuem sendo manifestações que, todos os anos, atraem milhares de turistas, romeiros e devotos à cidade.

Em Maio/Junho ocorre a Festa de Corpus Christi, em que são confeccionados tapetes coloridos de sal grosso no centro histórico da cidade. No mês de Junho ocorrem ainda as seguintes festas: Santo Antônio (13 de Junho), Padroeiro de Bacaxá, Segundo Distrito; São João Batista (24 de Junho), no centro da cidade; e São Pedro (29 de Junho), na Praça dos Pescadores, com Procissão Marítima.

Em conjunção as Festas dos Padroeiros, o Colégio Estadual Oliveira Viana realiza tradicionalmente o maior Arraiá do município (primeira semana de agosto), desde 2017.

**“Capital do Surfe”**

Praia de Itaúna, mundialmente conhecida pelos campeonatos de surf.

Saquarema, através de suas praias, especialmente a de Itaúna, é conhecida como a capital brasileira do surf por suas ondas perfeitas e indescritível beleza e força.

## CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Poucos lugares no Brasil possuem ondas com o porte das de Saquarema e por isso, na década de 70, começou a sediar os saudosos festivais de surf.

Por isso, Saquarema é conhecida por ser a “Capital Brasileira do Surf” e também é chamada por muitos surfistas de “Maracanã do Surf Brasileiro”.

Saquarema em 2017 passa a ser novamente parte do circuito mundial de surf, com o WSL (World Surf League), competição que corresponde a divisão de elite do esporte, a cidade não realizava a etapa brasileira desde 2002. A etapa teve como campeão o surfista brasileiro Adriano de Souza, conhecido como Mineirinho.

### ASPECTOS E INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

#### ECONOMIA

PIB per capita [2019]	120.175,92 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,709
Total de receitas realizadas [2017]	302.249,54 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	247.728,14 R\$ (×1000)

#### TRABALHO E RENDIMENTO

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	1,7 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	18.696 pessoas
População ocupada [2020]	20,6 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	36,3 %

### AUTONOMIA, PODERES E SÍMBOLOS MUNICIPAIS. DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO. COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS: PRIVATIVAS, COMUNS E SUPLEMENTARES. VEDAÇÕES

Administração pública

Poder Executivo:

A atual Prefeita de Saquarema é Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, popularmente conhecida como Manoela Peres (DEM), eleita em 2016, com 23.600 votos, correspondendo a 51.20% dos votos válidos.

Poder Legislativo:

O Poder Legislativo é representado pela Câmara municipal, composta por treze vereadores com mandato de 4 anos. Cabe aos vereadores na Câmara Municipal de Saquarema, especialmente fiscalizar o orçamento do município, além de elaborar projetos de lei

fundamentais à administração, ao Executivo e principalmente para beneficiar a comunidade. Foram eleitos em 2016, para o período 2017-2020, os seguintes vereadores:

Adriana de Vander (Presidente)  
 Roger Gomes  
 Beбето do Rio Seco  
 Abraão da Melgil  
 Evanildo Ferreira (Vanildo de Jaconé)  
 Dra<sup>a</sup> Raquel Oliveira  
 Janderson da Educação  
 Elisia Rangel  
 Rodrigo Borges  
 Bruno Pinheiro  
 Taeta  
 Marcel Chagas  
 Eduardo Melo

#### SÍMBOLO DO MUNICÍPIO



# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Orientador Pedagógico

**A QUEBRA DE PARADIGMAS NA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E AS MUDANÇAS DECORRENTES NO PERFIL DO ORIENTADOR PEDAGÓGICO. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NAS DIMENSÕES HUMANAS E TÉCNICA DA NOVA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA. INSTRUMENTOS DA AÇÃO NA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA: ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO. ORIENTAÇÃO AOS DOCENTES. IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ORIENTADOR PEDAGÓGICO. PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA ESCOLA**

O orientador pedagógico tem funções específicas junto à equipe gestora e desempenha esse papel fundamental para as escolas. Por isso, é importante que o gestor saiba quais são as principais responsabilidades desse profissional e o que ele pode ou não fazer.

### **Qual a função do orientador pedagógico dentro das escolas?**

Podemos dizer que o orientador pedagógico é o profissional responsável pelo acompanhamento do desempenho dos estudantes. Mas você sabe, na prática, como ele atua dentro da escola?

O orientador pedagógico é um profissional-chave dentro da instituição, pois ele cria laços com todos da comunidade escolar ao trabalhar com as relações entre o corpo estudantil e os demais membros dessa comunidade.

Ele age como conector e se encarrega de que os vínculos que nutrem a escola estejam saudáveis e equilibrados, sempre focando no bem-estar de cada aluno, a fim de garantir que seu processo de aprendizado seja o melhor possível.

Quando usamos expressões como “de cada estudante” ou “aluno por aluno”, estamos falando literalmente, uma vez que o orientador pedagógico trabalha de forma individualizada o caso de cada aluno, pois ele sabe que o aprendizado em si é uma jornada individual.

As metodologias ativas vêm ganhando espaço nas escolas justamente por promoverem um sistema de aprendizado que seja flexível o suficiente para oferecer opções personalizadas, de acordo com as necessidades de cada aluno.

Ainda assim, muitos estudantes podem enfrentar algum problema cuja origem se misture com outros fatores que envolvem sua vida escolar, como a família, a relação com outros colegas ou até mesmo com o próprio ambiente da instituição.

Nesse caso, o orientador pedagógico entra para descobrir o que está barrando o desenvolvimento do aluno e ajudá-lo a superar isso.

Ou seja, enquanto os professores trabalham a questão do conteúdo escolar previsto, o orientador pedagógico trabalha “conteúdos atitudinais”. Isto é, tudo que tange às relações interpessoais – e até construções de valores – e que está associado ao processo pedagógico.

Para tanto, o orientador deve estar alinhado com os professores e coordenadores, e estar sempre ciente de como cada turma está respondendo durante as aulas. Isso tem a ver com as notas, mas também com a participação da turma durante o processo pedagógico.

Vale ressaltar que essa função costuma ser exercida por profissionais com formação em Pedagogia ou especialização em Orientação Educacional.

### **Qual é a importância do orientador pedagógico?**

A função do orientador pedagógico é fundamental tanto para o desenvolvimento dos alunos quanto para o bom desempenho da escola como um todo, sendo essencial para a instituição de ensino.

Esse profissional tem um papel de destaque por ser o membro da equipe escolar que vai dar o suporte necessário para os alunos e para os professores, sendo capaz de criar uma relação com os estudantes e fazer parte de suas conquistas e dificuldades.

Ele também deve participar ativamente na criação e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), por ser quem possui os conhecimentos necessários dos estudantes para auxiliar os professores a construir um bom plano de ensino para o ano letivo.

Além disso, a importância do orientador pedagógico pode ser percebida na mediação entre os alunos e professores. Isto é, os problemas e dificuldades apresentados por professores e pelos estudantes são mediados pelo orientador pedagógico para que possam ser resolvidos da melhor forma possível.

### **Quais são as principais responsabilidades do orientador pedagógico?**

Ficou claro, então, que o orientador pedagógico é o profissional que exerce seu papel com base no processo de aprendizagem dos estudantes.

Isto é, ele faz o acompanhamento pedagógico de cada aluno, seja de forma online ou presencial, com o objetivo de saber se eles estão com um bom desempenho e se precisam de ajuda em caso de problemas.

Sabendo das funções que esse profissional desempenha e sua importância dentro das escolas, é possível estabelecer com mais clareza quais são as suas responsabilidades. Confira a seguir:

#### **• Ser um apoio e auxílio para os alunos**

Esse profissional atua em conjunto com os professores e coordenadores para garantir o bem-estar dos alunos.

Também é ele que cultiva possibilidades para que todos os estudantes tenham o que precisam para se desenvolverem como cidadãos e aprimorem o seu conhecimento.

#### **• Ajudar na construção do PPP**

Para o devido cumprimento de sua função, é essencial que o orientador pedagógico participe ativamente do processo de construção do Projeto Político-pedagógico da escola e esteja ciente de todos os objetivos nele propostos.

Isso porque é esse planejamento que irá ajudar o orientador pedagógico a exercer seu trabalho de forma consistente e alinhada com as metas da instituição.

• **Trabalhar em parceria com pais e professores**

É fundamental que o orientador pedagógico esteja em contato constante com os pais ou responsáveis pelos alunos, bem como com os professores.

Somente assim esse profissional poderá compreender todo o contexto em que o estudante se encontra, entender qual é o problema e trabalhar com ele, propondo soluções.

Além disso, é na caminhada rumo à superação de qualquer obstáculo relacionado ao seu processo de aprendizagem que o aluno mais precisa do apoio de seus professores e seus responsáveis. Portanto, o orientador pedagógico trabalha também para manter todos alinhados em prol do estudante.

• **Saber mediar conflitos**

Principalmente quando o problema envolve competências socioemocionais, ou ainda relações interpessoais, pode ser que alguns conflitos venham a surgir entre dois estudantes ou mais.

O orientador pedagógico entra, então, como mediador, fornecendo ferramentas e criando um clima propício para a resolução de conflitos. Para essa tarefa, é necessário ter um olhar crítico, empatia e muito bom senso.

• **Participar ativamente do convívio escolar**

O orientador pedagógico precisa estar atento ao que as turmas têm falado sobre as aulas, os professores, a própria gestão e o ambiente escolar.

Por isso, esse profissional não pode trabalhar apenas em sua sala. Ele precisa sair, frequentar todos os ambientes da instituição e conversar com os alunos, ouvindo e observando o que eles têm a dizer.

Somente assim ele poderá ter uma noção realista de todas as relações e processos que envolvem os alunos e seu ambiente de aprendizado.

• **Orientador pedagógico NÃO É psicólogo escolar**

Apesar do trabalho individualizado e o foco no que chamamos neste artigo de conteúdos atitudinais, o orientador pedagógico não atua como um psicólogo escolar.

Essa é uma perspectiva que precisa ser evitada para que os papéis desses profissionais não sejam confundidos. É preciso ter em mente que as funções do orientador pedagógico estão relacionadas às dificuldades relacionadas ao conceito pedagógico e não ao terapêutico.

• **Onde o orientador pedagógico entra na gestão escolar?**

O orientador pedagógico faz parte da equipe gestora, composta também pelo diretor e pelo coordenador pedagógico. É também o responsável por auxiliar os professores a exercerem sua prática em sala de aula, já que podem indicar o que precisa ser feito para garantir que um determinado aluno consiga melhorar suas notas em avaliações ou postura em sala de aula.

O orientador pedagógico também é mais próximo dos alunos e é capaz de saber quais são seus sentimentos, atitudes e valores. Esse profissional pode, então, ajudar os estudantes a lidarem com seus problemas relacionados ao ensino-aprendizagem, mostrando caminhos e possibilitando que eles criem autonomia para resolvê-los.

• **Como o orientador pedagógico pode trabalhar dentro do sistema online?**

O orientador pedagógico possui uma função crucial dentro de uma instituição de ensino, que é a de conectar e mediar as relações entre os alunos e demais membros da comunidade acadêmica.

Com uma responsabilidade tão dinâmica quanto essa, atuar no ensino a distância pode ser um grande desafio. Contudo, a tecnologia oferece também boas ferramentas para cumprir esse papel da melhor forma possível.

Para tanto, um software de gestão escolar que trabalhe de forma integrada, conectando a gestão administrativa, pedagógica e os próprios alunos e suas famílias, é indispensável.

Nesse cenário, o software é quem irá conectar todas as partes e possibilitará que o orientador pedagógico forneça, de forma digital, o apoio e a orientação individualizada que ele normalmente consegue fazer no presencial.

Estar em contato com os pais ou responsáveis pelos alunos é também essencial nessa tarefa, pois, para superar suas dificuldades, os estudantes precisam do apoio tanto da família quanto dos professores.

Muitas instituições de ensino estão funcionando em um sistema de ensino híbrido ou a distância hoje em dia. E mesmo em um cenário comum, muitos pais não conseguem ser tão presentes quanto gostariam na escola de seus filhos.

Por isso, trabalhar de forma online é uma saída interessante para o orientador pedagógico nessas situações.

Obviamente que, em todo caso, é preciso um esforço em conjunto de todas as partes envolvidas para fazer essa relação funcionar. Mas, seguramente, com o sistema de gestão certo, essa missão se torna perfeitamente possível.

Fonte: [www.sponte.com.br](http://www.sponte.com.br)

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA**

• **A pedagogia do Trabalho: para além da pedagogia das competências**

Construir um projeto político-pedagógico que retome a concepção de qualificação na perspectiva da emancipação humana, para além da pedagogia das competências na perspectiva da emancipação humana, exige uma configuração que efetivamente articule:

- saber científico – tecnológico
- científico-tecnológicos e práticas de trabalho
- habilidades básicas, específicas e de gestão
- metodologia, a partir das características dos aprendizes,

de modo a tomar o trabalho como foco, a reestruturação produtiva como eixo, o contexto e a história de vida como ponto de partida, a integração transdisciplinar e a transferibilidade como princípios metodológicos.

Um dos grandes desafios postos à educação pelas mudanças no mundo do trabalho é a superação do que temos chamado de pedagogia taylorista/fordista, cujos princípios são a separação da formação intelectual da formação prática, a formação para partes bem definidas do processo de trabalho, vinculadas ao posto e a memorização, através da repetição, com ênfase nas dimensões psicomotoras e cognitivas, ou seja, no desenvolvimento de competências lógico-formais, sem a consideração da dimensão afetiva, ou comportamental.

Sem desconsiderar estas dimensões, mas rearticulando-as em uma concepção que tome o processo educativo em sua dimensão de totalidade a partir de uma concepção histórica de homem em sua integralidade, que o compreenda como síntese do desenvolvimento social e individual, e neste sentido como síntese entre a objetividade das relações sociais e produtivas e a subjetividade, há que se construir um processo educativo que o leve a dominar as diferentes linguagens, desenvolver o raciocínio lógico e a capacidade de usar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos para compreender e intervir na vida social e produtiva de forma crítica e criativa, construindo identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de continuar aprendendo ao longo de suas vidas.

Assim, a pedagogia do trabalho deverá levar o aluno a compreender que, mais do que dominar conteúdos, deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora.

Torna-se, pois, necessário discutir a questão do método. Como ponto de partida é preciso apontar que não se trata de discutir procedimentos didáticos ou uso de materiais, mas a própria relação que o aluno estabelecerá com o conhecimento em situações planejadas pelo professor ou em situações informais. Adentramos, pois, no terreno da epistemologia, onde estabelecer consensos não é tarefa simples.

Sem a intenção de impor uma concepção epistemológica, buscar-se-á delinear os pressupostos que têm orientado os profissionais que têm se comprometido com a transformação das relações sociais que estão dadas, na perspectiva da emancipação humana e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Parte-se do entendimento que o trabalho científico necessita, quer de regras rigorosas de dedução, quer de sistemas de categorias que sirvam de base à imaginação produtiva e à atividade criadora do pensamento no domínio dos novos objetos a ser conhecidos. Assim, a metodologia da ciência não se esgota no pensamento lógico – formal, cuja finalidade é mostrar as leis sincrônicas do conhecimento através da lógica simbólica. Será preciso complementá-la com outra lógica, não racional, oriunda de percepções, sentimentos e intuições que permitam apreender o novo.

Isto significa compreender que o método de produção do conhecimento é um movimento, não um sistema filosófico, que leva o pensamento a transitar continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, entre o que está dado e o que se anuncia. Este movimento de ascensão das primeiras e precárias abstrações à compreensão da rica e complexa teia das relações sociais concretas, não é apenas a passagem do plano sensível, onde tudo é caoticamente intuído ou percebido, para o plano racional onde os conceitos se organizam em sistemas lógicos e inteligíveis.

É um movimento do pensamento no pensamento, que tem como ponto de partida um primeiro nível de abstração composto pela vital, caótica e imediata representação do todo e como ponto de chegada as abstratas formulações conceituais e que volta ao ponto de partida, agora para percebê-lo como totalidade ricamente articulada e compreendida, mas também como prenúncio de novas realidades, apenas intuídas, que levam o presente a novas buscas e formulações a partir da dinâmica histórica que articule o já conhecido ao presente e anuncie o futuro.

O ponto de partida é apenas formalmente idêntico ao ponto de chegada, uma vez que, em seu movimento em espiral crescente e ampliada, o pensamento chega a um resultado que não era conhecido inicialmente, e projeta novas descobertas. Não há, pois, outro caminho para a produção do conhecimento senão o que parte de um pensamento reduzido, empírico, virtual, com o objetivo de

reintegrá-lo ao todo depois de compreendê-lo, aprofundá-lo, concretizá-lo. E então, tomá-lo como novo ponto de partida, de novo limitado, em face das compreensões que se anunciem (Kosik, 1976, p. 29-30)

Deste movimento decorre uma concepção metodológica, que pode ser sistematizada da seguinte forma:

- O ponto de partida é sincrético, nebuloso, pouco elaborado, senso comum; o ponto de chegada é uma totalidade concreta, onde o pensamento re-capta e compreende o conteúdo inicialmente separado e isolado do todo; posto que sempre síntese provisória, esta totalidade parcial será novo ponto de partida para outros conhecimentos;

- Os significados vão sendo construídos através do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações que constituem o senso comum para o conhecimento elaborado através da práxis, que resulta não só da articulação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, mas também entre o indivíduo e a sociedade em um dado momento histórico;

- O percurso vai do ponto de partida ao ponto de chegada, através de infinitas possibilidades de percurso; pode-se buscar o caminho mais curto ou se perder, marchar em linha reta, seguir uma espiral ou manter-se no labirinto; ou seja, construir o caminho metodológico é parte fundamental do processo de elaboração do conhecimento; não há um único caminho para se chegar a uma resposta, como há várias respostas possíveis para o mesmo problema.

Esta concepção compreende o processo de produção do conhecimento como resultante da relação entre o homem e as relações sociais em seu conjunto, através da atividade humana. O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas.

É o trabalho, portanto, o eixo sobre o qual será construída a proposta político-pedagógica, que integrará trabalho, ciência e cultura através de criteriosa seleção de conteúdos e de seu tratamento metodológico.

Esta concepção epistemológica rejeita tanto o entendimento que o conhecimento se produz através da mera contemplação, como se bastasse observar a realidade para apreender o que nela está naturalmente e à priori inscrito, como o entendimento que o conhecimento é mero produto de uma consciência que pensa a realidade, mas não nela e a partir dela, ou seja, através de uma iluminação metafísica.

Infelizmente, estas duas concepções predominam nos processos pedagógicos em geral onde quem ensina se considera iluminado pela posse do conhecimento que já encontra elaborado e dificilmente analisa e critica; estuda, prepara e se exaure em explicações que o aprendiz deve ouvir, absorver e repetir, mais como um ato de fé do que como resultado de sua própria elaboração. O conhecimento repassado é fruto do trabalho do que ensina, que não permite que o aprendiz, com a sua orientação, faça o seu percurso. Com o intuito de simular situações “práticas”, o aluno faz exercícios, resumos ou outras atividades, sempre repetindo uma lógica e uma trajetória que não é a sua, mas a expressão da relação que o professor, em seu modo singular de conhecer, estabeleceu com o objeto a ser conhecido.

Estas mudanças reforçam a necessidade da superação de uma concepção de ciência enquanto um conjunto de verdades, ou sistemas formais de natureza cumulativa, em nome da compreensão de que as teorias científicas que vão se sucedendo ao longo da história são modelos explicativos parciais e provisórios de determinados aspectos da realidade.